

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Concurso Público – Fiscal de Rendas – 13/01/2008

SEFAZ-RJ

02

Prova objetiva de Direito Comercial (Empresarial), Direito Tributário, Legislação Tributária e Contabilidade Geral e de Custos e Auditoria.

Atenção!

Você está recebendo um caderno de questões na cor **AMARELA**. Portanto, **verifique se sua folha de respostas também é de cor AMARELA**. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

1. Você receberá do fiscal o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova na cor **amarela**;
 - b) este caderno de prova na cor amarela, na mesma cor de sua folha de respostas (AMARELA), com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
2. Verifique se o material está em ordem, se seu **nome** e seu **número de inscrição** são os que aparecem na folha de respostas.
3. Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções na folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
4. As questões da prova são identificadas pelo número que se situa ao lado do seu enunciado.
5. O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas dar-se-á mediante a utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul, sendo de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
6. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a folha de respostas.
7. O rascunho no caderno de questões não será levado em consideração.
8. O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas.
9. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos da prova.
10. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

CADERNO DE PROVA AMARELO

Direito Comercial (Empresarial)

1. Em relação às sociedades anônimas, é correto afirmar que:

- (A) as companhias de capital aberto são aquelas que têm os seus valores mobiliários negociados apenas no mercado de valores.
- (B) qualquer acionista tem legitimidade para ajuizar ação de responsabilidade civil para cobrança dos prejuízos causados pelo administrador de sociedade anônima, se a assembléia geral deliberar não promover a ação.
- (C) a responsabilidade dos acionistas é limitada ao valor nominal das ações subscritas ou adquiridas.
- (D) as companhias são classificadas em abertas e fechadas conforme as ações de sua emissão estejam ou não admitidas à negociação em Bolsa de Valores.
- (E) a companhia dissolvida conserva sua personalidade jurídica até a sua extinção, com o fim de proceder à liquidação.

2. Com relação aos títulos de créditos, é correto afirmar que:

- (A) de acordo com as disposições do Código Civil, o endossante de título à ordem não responde pelo cumprimento da prestação constante do título, salvo se este contiver cláusula expressa em contrário.
- (B) o endosso se aplica apenas para representar a transferência da titularidade do crédito.
- (C) prescreve em seis meses, contados da data da apresentação do cheque ao sacado, a ação de execução assegurada ao portador da cambial.
- (D) a nota promissória pode ser emitida ao portador.
- (E) o aval, instituto típico do direito cambiário, é uma garantia subjetiva e acessória prestada em título de crédito, que confere ao avalista a qualidade de devedor solidário.

3. No pedido de falência, com base na impontualidade do empresário, é **incorreto** afirmar que:

- (A) a decretação da falência do empresário pressupõe a demonstração da insuficiência de patrimônio do devedor para pagamento do passivo.
- (B) a comprovação da impontualidade do devedor deve ser feita por protesto para fim falimentar nos termos da legislação específica.
- (C) a comprovação da regularidade do devedor empresário não é requisito para a decretação da falência.
- (D) a legitimidade ativa do credor empresário para requerimento de falência de seu devedor está condicionada à apresentação de certidão expedida pelo Registro Público de Empresas Mercantis que comprove a regularidade de suas atividades.
- (E) a falência do devedor empresário não será decretada se o requerido provar, no prazo da contestação, a cessação de atividade empresarial há mais de dois anos do pedido de falência, comprovada por documento expedido pelo Registro Público de Empresas Mercantis.

4. Assinale a alternativa correta.

- (A) A decretação da falência interrompe o curso da prescrição relativo às obrigações do falido.
- (B) O requerimento de falência suspende as execuções individuais em face do devedor.
- (C) O juízo competente para decretação da falência é o do local em que se situa a sede do devedor, ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- (D) O direito brasileiro não admite a falência de pessoa natural.
- (E) Contra a massa falida não são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, salvo o dos créditos com garantia real, mas por eles responde, exclusivamente, o produto dos bens que constituem a garantia.

5. No que tange ao estabelecimento empresarial, é **incorreto** afirmar que:

- (A) o alienante do estabelecimento assume responsabilidade subsidiária com o adquirente, pelo prazo de um ano a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- (B) o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos posteriores ao trepasse, salvo autorização expressa.
- (C) o adquirente do estabelecimento é responsável pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados.
- (D) se entende por estabelecimento empresarial o conjunto de bens corpóreos e incorpóreos utilizados pelo empresário no exercício de sua empresa.
- (E) o estabelecimento pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

6. As ações são consideradas títulos representativos de parcelas do capital social de uma sociedade anônima, que atribuem aos seus titulares direitos patrimoniais e pessoais.

Levando em consideração o conceito de ação e suas características, é correto afirmar que:

- (A) as ações de companhia aberta somente podem ser negociadas depois de integralizados trinta por cento do preço de sua emissão.
- (B) o direito de voto é um direito essencial do acionista.
- (C) o conceito de valor nominal da ação é o mesmo que o de preço de emissão da ação.
- (D) as ações podem representar frações desiguais do capital social.
- (E) é vedada a emissão de ações, sem valor nominal, por preço inferior ao seu valor nominal.

7. Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As sociedades em comandita simples são constituídas por duas categorias de sócios: os comanditários, obrigados somente pelo valor de suas quotas, e os comanditados, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- (B) Nas sociedades em nome coletivo, os sócios somente podem ser pessoas naturais, com responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.
- (C) Nas sociedades limitadas, a responsabilidade dos sócios é limitada e solidária ao valor das cotas, e todos respondem pela integralização do capital social.
- (D) As sociedades simples podem se constituir segundo um dos tipos regulados pelo Código Civil, inclusive adotarem a forma de sociedade anônima ou comandita por ações.
- (E) Tanto as sociedades simples quanto as sociedades empresárias exercem atividade econômica.

8. O crédito tem dois elementos essenciais: confiança de uma pessoa em outra e certeza do cumprimento da obrigação na data aprazada. Os títulos de crédito têm como função precípua a incorporação de um direito de crédito, que facilita sua circulação.

Quanto aos títulos de crédito, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Uma letra de câmbio pode ser endossada a favor do sacado ou aceitante (endosso de retorno), que podem novamente endossar a letra.
- (B) O endosso de uma nota promissória deve ser puro e simples; qualquer condição a que ele seja subordinado é considerada como nula.
- (C) É cabível ação de execução em face do emitente do cheque, ainda que não apresentado ao sacado no prazo legal, desde que não consumada a prescrição da ação cambial.
- (D) A inobservância de um dos requisitos elencados na Lei 5.474/68 (Lei de Duplicatas) enseja a perda de executoriedade do título, em razão de vício de forma.
- (E) No cheque, o endosso-mandato não se extingue por morte ou incapacidade superveniente do endossante-mandante.

9. O contrato celebrado entre uma sociedade de arrendamento mercantil, titular de bem móvel, que se obriga a entregar o bem objeto do contrato ao arrendatário, pessoa natural ou jurídica, mediante o respectivo pagamento das prestações determinadas e com a incumbência de prestar assistência técnica permanente durante o prazo acordado, denomina-se:

- (A) *lease-back*.
- (B) leasing puro.
- (C) leasing financeiro.
- (D) leasing operacional.
- (E) leasing de retorno.

10. Banco Fique Feliz S/A firmou com Transportes Seguros Ltda. contrato de abertura de crédito em conta corrente, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), devidamente subscrito por duas testemunhas, com garantia de nota promissória devidamente avalizada.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato de cheque especial tem higidez para instruir ação de execução ajuizada pelo banco, para a cobrança de sua pretensão.
- (B) A nota promissória vinculada ao contrato de cheque especial não autoriza a execução em face do emitente e seu avalista, em decorrência da iliquidez do contrato que a originou.
- (C) Descabe a habilitação do crédito do banco em eventual decretação de falência do devedor de contrato de cheque especial, pela falta de executoriedade do título, requisito essencial à habilitação.
- (D) O instrumento de confissão de dívida originado de contrato de abertura de crédito em conta corrente não constitui título executivo extrajudicial.
- (E) O instrumento de confissão de dívida originado de contrato de abertura de crédito em conta corrente somente é considerado título executivo extrajudicial se acompanhado de nota promissória vinculada ao contrato.

11. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutive, de que o adquirente do controle se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações:

- (A) preferenciais, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.
- (B) ordinárias, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.
- (C) ordinárias e preferenciais sem voto ou com voto restrito, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.
- (D) preferenciais e ordinárias, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.
- (E) com direito a voto, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.

12. A decretação da falência de devedor empresário, com fundamento em atos de falência, gera efeitos decorrentes em relação aos bens do falido. Entre eles, é correto afirmar que:

- (A) todos os bens do devedor são atingidos pela falência, salvo direitos e ações existentes na época de sua decretação e os adquiridos no curso do processo.
- (B) o falido perde a disposição, a administração, bem como a propriedade de seus bens.
- (C) o falido não perde a propriedade de seus bens, perde apenas o direito de disposição e administração.
- (D) os bens absolutamente impenhoráveis são passíveis de arrecadação pelo administrador judicial na falência do devedor.
- (E) o proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do falido na data da decretação da falência deverá habilitar o seu crédito na falência.

13. A teoria da desconsideração (*disregard of legal entity* ou a *lifting the corporate veil*), positivada no Código Civil, tem por objetivo precípuo afastar momentaneamente a personalidade jurídica da sociedade para atingir o patrimônio pessoal dos sócios.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A desconsideração da personalidade jurídica não será aplicada quando houver falência ou estado de insolvência do devedor.
- (B) As sociedades integrantes dos grupos societários e as consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações de consumo.
- (C) O juiz de ofício, a requerimento da parte interessada ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, pode aplicar a teoria da desconsideração a fim de estender aos bens particulares dos sócios ou administradores da pessoa jurídica os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações.
- (D) As sociedades coligadas somente responderão por culpa pelas obrigações decorrentes de relações de consumo.
- (E) A teoria da desconsideração pode ser aplicada em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo inadimplemento obrigacional, desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

14. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é um órgão judicante com jurisdição em todo o território nacional. Com base na Lei 4.137/62, assinale a alternativa correta.

- (A) O Cade é uma pessoa jurídica de direito privado com natureza de empresa pública.
- (B) O mandato do Presidente do Cade é de dois anos, permitidas duas reconduções.
- (C) As operações de fusão, cisão e incorporação prescindem de autorização prévia do Cade.
- (D) O Cade poderá autorizar os atos que impliquem alienação de controle e eliminação de concorrência de parte substancial do mercado.
- (E) Prescrevem em três anos as infrações da ordem econômica contados da data da prática do ilícito ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

15. A respeito das patentes, é **incorreto** afirmar que:

- (A) as regras de jogo e programas de computador em si não são consideradas patentes.
- (B) a patente de invenção vigorará pelo prazo de vinte anos e a de modelo de utilidade pelo de quinze anos, contados da data do respectivo depósito.
- (C) o pedido de patente de invenção tem que se referir a uma única invenção ou a um grupo de invenções inter-relacionadas de forma a compreenderem um único conceito inventivo.
- (D) a invenção pertence unicamente ao empregador quando decorrer de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou atividade inventiva, ou resulte da natureza dos serviços para os quais o empregado foi contratado.
- (E) nos casos de emergência nacional ou interesse público, declarados em ato do Poder Executivo Federal, desde que o titular da patente ou seu licenciado não atendam a essa necessidade, poderá ser concedida, mediante requerimento, licença compulsória, com prazo indeterminado e não exclusiva, para exploração da patente, sem prejuízo dos direitos do respectivo titular.

16. Em relação ao nome empresarial, assinale a alternativa correta.

- (A) A firma coletiva e a razão social são espécies de nome empresarial.
- (B) A sociedade limitada pode adotar como nome empresarial firma ou denominação, integradas pela expressão final “limitada” ou sua abreviatura, não se admitindo o nome de um ou mais sócios na firma.
- (C) A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.
- (D) A denominação, diferente da firma individual ou coletiva, pode ser objeto de alienação.
- (E) A inscrição do empresário individual ou dos atos constitutivos ou respectivas averbações de sociedade empresária, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome em todo o território nacional.

17. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de atividade econômica e a partilha entre si dos resultados.

A partir do conceito de sociedade, em relação à sociedade unipessoal, assinale a alternativa correta.

- (A) As sociedades regidas pelo Código Civil devem ser dissolvidas de pleno direito, quando reduzidas a um único sócio, se não houver a recomposição do quadro societário dentro de seis meses.
- (B) As sociedades anônimas devem ser dissolvidas de pleno direito, pela existência de um único acionista, verificada em assembléia geral ordinária, se o mínimo de dois não for reconstituído dentro do prazo de um ano.
- (C) As subsidiárias integrais podem adotar qualquer tipo societário e são consideradas sociedades unipessoais por terem como único sócio uma sociedade brasileira.
- (D) A unipessoalidade das sociedades regidas pelo Código Civil e das sociedades anônimas é originária e transitória, enquanto que a das subsidiárias integrais pode ser superveniente e por prazo indeterminado.
- (E) As empresas públicas são consideradas sociedades unipessoais, em qualquer hipótese.

18. Em relação ao contrato de alienação fiduciária em garantia, assinale a alternativa correta.

- (A) A busca e a apreensão de bem alienado fiduciariamente não constituem processo autônomo e dependem de procedimento posterior.
- (B) Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, em ação de depósito, em autos separados.
- (C) No contrato de alienação fiduciária em garantia, a mora do devedor fiduciante decorre do simples inadimplemento da obrigação (*mora ex re*), e deve ser comprovada pelo autor da ação de busca e apreensão, por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor.
- (D) No caso de inadimplemento da obrigação garantida em alienação fiduciária, o proprietário fiduciário somente poderá vender a coisa a terceiros e aplicar preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado, se houver, desde que autorizado judicialmente.
- (E) O Código Civil regula a propriedade fiduciária de coisa móvel fungível.

19. Em relação ao instituto da recuperação extrajudicial, assinale a alternativa correta.

- (A) A negociação entre devedor e seus credores deve ser homologada em juízo, por meio de um plano de recuperação extrajudicial. Qualquer outra modalidade de acordo privado enseja a caracterização de ato de falência pelo devedor.
- (B) O devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial se tiver obtido homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de dois anos.
- (C) O pedido de recuperação extrajudicial acarreta a suspensão das ações e execuções em face do devedor.
- (D) Os credores podem desistir da adesão ao plano até o despacho de processamento.
- (E) O plano de recuperação extrajudicial poderá prever prazo superior a um ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho.

20. A respeito do instituto da recuperação judicial, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A suspensão da prescrição das obrigações do devedor ocorre com o despacho de processamento da recuperação judicial, e não com a sua concessão.
- (B) Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor pode alienar ou onerar bens não relacionados no plano de recuperação judicial.
- (C) O descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de recuperação que vencer após o prazo de dois anos após a concessão não acarretará a convolação da recuperação em falência do devedor.
- (D) Os créditos oriundos de contratos de arrendamento mercantil e alienação fiduciária em garantia não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, prevalecendo os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observadas as legislações específicas.
- (E) As execuções fiscais não se suspendem com o deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e legislação ordinária específica.

Direito Tributário

21. Nos termos do Código Tributário Nacional, o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

- I. quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- II. quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- III. quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

22. Nos termos do Código Tributário Nacional, é causa de exclusão do crédito tributário:

- (A) o pagamento.
- (B) o parcelamento.
- (C) a isenção.
- (D) a não-incidência.
- (E) a moratória.

23. Especificamente em relação ao ICMS, uma das alternativas a seguir apresenta matéria(s) que não precisa(m) ser veiculada(s) por Lei Complementar. Assinale-a.

- (A) definição de contribuintes
- (B) determinação de alíquotas
- (C) previsão de casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias
- (D) regulação da forma pela qual, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados
- (E) disciplina do regime de compensação do imposto

24. O art. 5º do Código Tributário Nacional determina que os tributos se dividem em:

- (A) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (B) impostos, taxas, contribuições sociais e contribuições de melhoria.
- (C) impostos, taxas, contribuições sociais, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.
- (D) impostos, taxas, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.
- (E) impostos, contribuições sociais, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.

25. Conforme definição do Código Tributário Nacional, são denominadas normas complementares:

- I. as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;
- II. as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- III. decretos editados pelos entes federados.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

26. Assinale a afirmação **incorreta**.

- (A) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- (B) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- (C) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação ou recurso administrativo.
- (D) A modificação introduzida nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- (E) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

27. Nos casos de tributos que não estão sujeitos a lançamento por homologação, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após:

- (A) cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (B) dez anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (C) cinco anos, contados da data de ocorrência do fato gerador.
- (D) dez anos, contados da data de ocorrência do fato gerador.
- (E) um ano, contado da data de ocorrência do fato gerador.

28. Tendo como base o Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir:

- I. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- II. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para concessão.
- III. A anistia é uma forma de exclusão do crédito tributário e não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (B) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

29. Não são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- (A) os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.
- (B) os bancos públicos.
- (C) as empresas de administração de bens.
- (D) entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, quando o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
- (E) os bancos privados.

30. Nos termos do Código Tributário Nacional, é modalidade de suspensão de exigibilidade do crédito tributário a:

- (A) transação.
- (B) prescrição.
- (C) moratória.
- (D) anistia.
- (E) remissão.

31. Segundo o Código Tributário Nacional, impõe-se interpretação literal de norma tributária que disponha sobre:

- (A) moratória.
- (B) compensação.
- (C) transação.
- (D) prescrição.
- (E) remissão.

32. É vedada a cobrança no mesmo exercício financeiro, e antes de noventa dias da data da publicação da lei que os institui ou aumenta, dos seguintes tributos:

- (A) ITD e ISS.
- (B) Imposto de Renda e ICMS.
- (C) IPI e ICMS.
- (D) Imposto de Renda e ISS.
- (E) IPI e Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública.

33. Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (B) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- (D) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- (E) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

34. Caso a União, em 1º de julho de 2008, publique lei aumentando a alíquota da Cofins, de 3% para 3,5%, de pessoas jurídicas não sujeitas ao regime da não-cumulatividade, a primeira data em que o referido aumento poderá produzir efeitos, considerando as alternativas a seguir, será:

- (A) 1º de janeiro de 2009.
- (B) 1º de abril de 2009.
- (C) 1º de novembro de 2008.
- (D) 2 de julho de 2008.
- (E) 29 de setembro de 2008.

35. Caso o Estado, em 30 de junho de 2008, publique lei majorando a alíquota do ICMS na prestação de serviços de comunicação, de 25% para 30%, o referido aumento passará a produzir efeitos em:

- (A) 1º de janeiro de 2009.
- (B) 1º de setembro de 2008.
- (C) 1º de abril de 2009.
- (D) 1º de outubro de 2008.
- (E) 1º de julho de 2008.

36. De acordo com o art. 155, § 2º, inciso XII, c) da CRFB/88, é correto afirmar que o regime de compensação do ICMS deve ser disciplinado:

- (A) em lei dos Estados e pelo Distrito Federal, tendo em vista a autonomia desses entes federados.
- (B) pelo Confaz.
- (C) em lei complementar.
- (D) no Regulamento do ICMS dos Estados e do Distrito Federal.
- (E) em convênio e lei estadual ou distrital.

37. De acordo com o art. 150, § 7º, da CRFB/88, a atribuição a sujeito passivo de obrigação tributária da condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente depende de:

- (A) convênio entre os Estados e o Distrito Federal.
- (B) decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que autorizado em lei específica.
- (C) convênio entre os Estados e o Distrito Federal e lei específica.
- (D) decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (E) lei.

38. De acordo com o art. 150 da CRFB/88, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir:

- (A) tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (B) impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (C) impostos ou contribuições sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (D) tributos e impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (E) contribuições e tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

39. Em 1º de agosto de 2003, determinado contribuinte recolheu o ICMS aplicando alíquota menor que a correta. À época do fato gerador, a alíquota do ICMS correta era de 25%, e a multa prevista para esse tipo de infração era de 80% do valor do imposto não recolhido. Em 31 de dezembro de 2003, o Estado editou uma lei reduzindo a referida alíquota para 20% e majorando a multa para 90%. Em 31 de dezembro de 2004, o Estado editou nova lei reduzindo o valor da multa para 70% e fixando a alíquota em 27%, sendo esta a lei vigente no dia da autuação.

A alíquota e a multa que o fiscal aplicaria para constituir o crédito tributário em razão da infração cometida por esse contribuinte seriam, respectivamente, de:

- (A) 20% e 90%.
- (B) 20% e 80%.
- (C) 25% e 80%.
- (D) 25% e 70%.
- (E) 27% e 70%.

40. De acordo com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CRFB/88, a alíquota mínima do ISS é de:

- (A) 5%.
- (B) 2%.
- (C) 3%.
- (D) 0,5%.
- (E) 1%.

Legislação Tributária

41. Nos termos do Decreto 2.473/79, são interessados para postular em processo administrativo tributário:

- (A) qualquer cidadão.
- (B) apenas o contribuinte.
- (C) apenas advogado, formalmente inscrito na Ordem dos Advogados.
- (D) além do contribuinte, todo aquele a quem a lei atribuir responsabilidade pelo pagamento de crédito tributário ou cumprimento de obrigação acessória.
- (E) o contribuinte e seus parentes diretos.

42. Nos termos do Decreto 2.473/79, o prazo para efetivação de diligências é de:

- (A) 15 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 2 dias.

43. No caso de transmissão de títulos, créditos, ações, quotas, valores e outros bens móveis de qualquer natureza, bem como dos direitos a eles relativos, o imposto é devido ao Estado do Rio de Janeiro se nele tiverem domicílio as pessoas relacionadas nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) o doador, ou se nele se processar a sucessão
- (B) o donatário, na hipótese em que o doador tenha domicílio ou residência no exterior
- (C) o donatário, em qualquer hipótese
- (D) o herdeiro ou legatário, se a sucessão tiver sido processada no exterior
- (E) o herdeiro ou legatário, se o *de cujus* possuía bens, era domiciliado ou residente no exterior, ainda que a sucessão tenha sido processada no país

44. Nos termos da Lei 2.657/96, **não** integra(m) a base de cálculo do ICMS:

- (A) o montante do próprio imposto.
- (B) o valor do frete, exclusivamente quando for efetuado pelo próprio remetente.
- (C) o valor do frete, quando for efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem, e seja cobrado em separado.
- (D) o valor correspondente a seguro, juro e qualquer importância paga, recebida ou debitada.
- (E) descontos concedidos sob condição.

45. Não é correto afirmar que estão isentos(as) das taxas de serviços estaduais:

- (A) as autarquias instituídas e mantidas pelo Estado do Rio de Janeiro.
- (B) a União, os demais Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações desde que, em suas legislações, dispensem ao Estado do Rio de Janeiro e suas autarquias e fundações o mesmo tratamento tributário.
- (C) os partidos políticos, as instituições de educação e de assistência social, observados quanto a essas entidades os requisitos estatutários fixados no Decreto-lei 5/75.
- (D) as empresas públicas instituídas e mantidas pelo Estado do Rio de Janeiro.
- (E) as fundações instituídas e mantidas pelo Estado do Rio de Janeiro.

46. Assinale a afirmação **incorreta** a respeito das regras contidas na Lei Complementar 24/75.

- (A) Além de ser aplicável às isenções, a LC 24/75 deve ser observada em casos de devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros.
- (B) Os convênios de que trata a LC 24/75 serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal.
- (C) A LC 24/75 determina que até dez dias depois de findo o prazo de ratificação dos convênios promover-se-á, segundo o disposto em Regimento, a publicação relativa à ratificação ou à rejeição no Diário Oficial da União.
- (D) A cada reunião, devem ser apreciados, ao menos, cinco propostas de Convênio.
- (E) Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação.

47. Nos termos da Lei Complementar 87/96, o ICMS **não** incide sobre:

- I. operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;
- II. o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;
- III. operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

48. Nos termos do Decreto 2.473/79, assinale a afirmativa **incorreta** a respeito do processo de consulta tributária.

- (A) Compete ao Coordenador de Tributação da Superintendência de Administração Tributária, ou a quem ele delegar, decidir em processo de consulta.
- (B) Da solução dada à consulta cabe recurso voluntário para o Superintendente de Administração Tributária, no prazo de 30 dias.
- (C) Não cabe pedido de reconsideração da decisão proferida, em primeira e segunda instâncias, no processo de consulta.
- (D) Respondida a consulta, o processo será devolvido à repartição de origem, para que esta cientifique o consulente, intimando-o, quando for o caso, a adotar o entendimento da administração e recolher o tributo porventura devido em prazo não inferior a 15 (quinze) dias.
- (E) O recurso voluntário de solução de consulta possui efeito suspensivo.

49. Nos termos da Lei 2.877/97, **não** é(são) isento(s) do IPVA:

- (A) os veículos sorteados pela Loteria do Estado do Rio de Janeiro – Loterj, exclusivamente no exercício em que ocorrer a entrega do prêmio ao ganhador.
- (B) locomotivas e similares utilizados nos serviços de transporte público de passageiros ou de cargas.
- (C) o veículo anfíbio dotado de força motriz própria, ainda que complementar ou alternativa de fonte de energia natural.
- (D) os veículos automotores de propriedade das pessoas jurídicas de direito público externo, quando destinados ao uso de sua missão diplomática ou consulado.
- (E) a embarcação pertencente a pescador, pessoa física, utilizada na atividade artesanal ou de subsistência, comprovada por entidade representativa da classe, limitada a um veículo por beneficiário.

50. Tomando por base as normas do Decreto 2.473/79, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Se a decisão for omissa a respeito de ponto sobre o qual deveria pronunciar-se, o Presidente da Junta de Revisão Fiscal determinará o sobrestamento do processo e devolvê-lo-á à autoridade julgadora, para que decida integralmente o mérito.
- (B) Da decisão de primeira instância, cabe recurso voluntário, total ou parcial, para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 15 dias.
- (C) Compete ao Secretário julgar os recursos de decisões do Conselho de Contribuinte interpostos pelo Representante Geral da Fazenda.
- (D) Compete ao Secretário decidir sobre as propostas de aplicação de equidade apresentadas pelo Conselho de Contribuintes.
- (E) Compete ao Secretário avocar processo administrativo-tributário, para efeito de decisão ou novo encaminhamento, visando a resguardar interesse de ordem pública, e à estrita observância da Justiça fiscal e da legalidade dos atos.

51. De acordo com o Decreto 2.473/79, sujeitam-se à impugnação:

- I. indeferimento de pedido de restituição de tributo, acréscimos ou penalidades;
- II. recusa de recebimento de tributo, acréscimos ou penalidades que o contribuinte procure, espontaneamente, recolher;
- III. lançamento de tributo cujo cálculo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

52. Nos termos do Decreto 2.473/79, o prazo máximo para emissão de pareceres, informações fundamentadas, apresentação de laudos e prolação de decisões é de:

- (A) 15 dias. (B) 20 dias.
- (C) 5 dias. (D) 30 dias.
- (E) 10 dias.

53. Nos termos do Decreto 2.473/79, na esfera administrativa, o litígio se encerra com os seguintes atos, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) qualquer ato que importe confissão de dívida ou reconhecimento da exigência do crédito tributário
- (B) desistência do recurso
- (C) pagamento do auto de infração ou nota de lançamento
- (D) pedido de parcelamento
- (E) decisão proferida por uma das Câmaras do Conselho de Contribuintes, desfavorável ao sujeito passivo

54. Nos termos da Lei 2.657/96, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O Secretário de Estado de Fazenda poderá autorizar inscrição de contribuintes que não seja obrigatória, bem como dispensá-la nos casos que considerar conveniente.
- (B) No interesse da arrecadação, controle e fiscalização do imposto, o Secretário de Estado de Fazenda poderá instituir, substituir ou dispensar livros e documentos fiscais.
- (C) O cancelamento ou a baixa da inscrição não implicam quitação de quaisquer débitos porventura existentes.
- (D) No interesse da arrecadação, controle e fiscalização do imposto, o Secretário de Estado de Fazenda poderá estabelecer regime especial para cumprimento das obrigações acessórias pelo contribuinte.
- (E) Os armazéns gerais não são obrigados a inscrever seus estabelecimentos antes de iniciarem suas atividades.

55. De acordo com o art. 1º da Lei 8.137/90, qual das condutas a seguir **não** constitui crime contra a ordem tributária?

- (A) Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- (B) Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
- (C) Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda ou qualquer outro elemento relativo à operação tributável.
- (D) Reduzir a carga tributária por meio de elisão.
- (E) Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documentos equivalentes, relativos a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

56. De acordo com a Lei 2.657/96, nos casos de transporte de mercadoria ou prestação de serviço de transporte, sem documentação fiscal ou com documentação inidônea, ou, ainda, no caso de entrega de mercadoria a destinatário diverso do indicado no documento fiscal, a multa aplicável será de:

- (A) 80% do valor do imposto devido ou de 40% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 400 UFIRs.
- (B) 50% do valor do imposto devido ou de 25% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 200 UFIRs.
- (C) 10% do valor do imposto devido ou de 5% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 120 UFIRs.
- (D) 100% do valor do imposto devido ou de 50% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 500 UFIRs.
- (E) 20% do valor do imposto devido ou de 10% do que incidiria, se tributada fosse a saída da mercadoria ou a prestação de serviço, nunca inferior a 50 UFIRs.

57. Nos termos do art. 1º do Decreto-lei 5/75, o Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro compõe-se dos dispositivos constantes do próprio Decreto-lei 5, de 15 de março de 1975, obedecidos os mandamentos oriundos:

- (A) dos tratados internacionais, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, das leis complementares e do Código Tributário Nacional.
- (B) da Lei 2.657/96 e das demais leis expedidas pela Assembléia Legislativa.
- (C) da Constituição da República Federativa do Brasil, das leis complementares e do Código Tributário Nacional.
- (D) dos decretos, das resoluções e das portarias expedidas pela Secretaria de Estado de Fazenda.
- (E) da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, das leis complementares e do Código Tributário Nacional.

58. De acordo com o art. 2º do Código Tributário Estadual, os tributos estaduais são:

- (A) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e transmissão onerosa de bens imóveis, circulação de mercadorias e serviços, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
- (B) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, circulação de mercadorias e serviços de qualquer natureza, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
- (C) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, circulação de mercadorias e serviços, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, de iluminação pública, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
- (D) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, circulação de mercadorias e serviços, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas ou privadas.
- (E) os impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, circulação de mercadorias e serviços, propriedade de veículos automotores, taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.

59. Nos termos da Lei 2.657/96, o ICMS incide sobre operações:

- (A) com livro em branco ou simplesmente pautado, bem como o utilizado para escrituração de qualquer natureza.
- (B) que destinem ao exterior mercadorias ou serviços.
- (C) que destinem a outro Estado e Distrito Federal energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificante e combustível líquido e gasoso dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
- (D) com artigo funerário, quando promovida por empresa do ramo concomitantemente com a prestação de serviço funerário.
- (E) com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

60. As alíquotas internas do ICMS são:

- (A) aplicadas quando o destinatário da mercadoria, em outro Estado da federação, for contribuinte do ICMS.
- (B) aplicadas nas operações interestaduais, quando o destinatário da mercadoria não for contribuinte do ICMS.
- (C) inferiores às previstas para as operações interestaduais.
- (D) fixadas por lei complementar.
- (E) uniformes para todas as mercadorias e serviços.

61. De acordo com o Decreto-lei 5/75, são nulos:

- (A) os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor incompetente; as decisões mal fundamentadas; os atos ou decisões que impliquem preterição ou prejuízo do direito de defesa; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo ou multa descabida.
- (B) os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor em desacordo com o devido processo legal; as decisões não fundamentadas; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo ou multa já efetuada anteriormente, mediante idêntico procedimento.
- (C) as decisões não fundamentadas; os atos ou decisões que impliquem preterição ou prejuízo do direito de defesa; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo considerado indevido pelo Supremo Tribunal Federal, em controle difuso de constitucionalidade.
- (D) os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor incompetente; as decisões não fundamentadas; os atos ou decisões que impliquem preterição ou prejuízo do direito de defesa; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo ou multa já efetuada anteriormente, mediante idêntico procedimento.
- (E) os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor incompetente; as decisões contrárias à Fazenda e ao interesse público; os atos ou decisões que impliquem preterição ou prejuízo do direito de defesa; o auto de infração e a nota de lançamento que formularem exigência de tributo ou multa já efetuada anteriormente, mediante idêntico procedimento.

62. Nos termos do Decreto 2.473/79, as petições devem conter o indicado nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) o nome, razão social ou denominação do requerente, seu endereço, atividade profissional ou econômica e números de inscrição no Cadastro Fiscal do Estado e no Cadastro Fiscal Federal
- (B) a pretensão e seus fundamentos, expostos com clareza e precisão
- (C) os meios de prova com que o interessado pretende demonstrar a verdade de suas alegações
- (D) o pedido com suas especificações
- (E) a indicação obrigatória, após a assinatura do nome completo do signatário, do número e do órgão expedidor de sua carteira de identidade e do número do seu CPF

63. Sobre o processo administrativo tributário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso: para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara for unânime ou divergir de decisão proferida por outra Câmara ou pelo Conselho Pleno, relativamente ao direito em tese; e para o Secretário de Estado de Fazenda, quando a decisão de Câmara ou do Conselho Pleno, desfavorável à Fazenda, for contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo.
- (B) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso: para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara não for unânime ou divergir de decisão proferida por outra Câmara ou pelo Conselho Pleno, relativamente ao direito em tese; e para o Secretário de Estado de Fazenda, quando a decisão de Câmara, ou a decisão acordada por menos de três quartos do Conselho Pleno, desfavorável à Fazenda, for contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo, e não couber o recurso ao Conselho Pleno, mantido o princípio do contraditório.
- (C) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso: para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara não for unânime; e para o Secretário de Estado de Fazenda, quando a decisão de Câmara, ou a decisão do Conselho Pleno, desfavorável à Fazenda, for contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo.
- (D) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara for desfavorável à Fazenda, contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo.
- (E) Das decisões do Conselho de Contribuintes cabe recurso: para o Conselho Pleno, quando a decisão de Câmara não for unânime nem divergente de decisão proferida por outra Câmara ou pelo Conselho Pleno; e para o Secretário de Estado de Fazenda, quando a decisão de Câmara divergir de decisão proferida por outra Câmara ou pelo Conselho Pleno, relativamente ao direito em tese.

64. Nos termos do art. 1º da Lei Complementar 24/75, as isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios, celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal. E, nos termos do parágrafo único desse artigo, essa regra também é aplicável aos seguintes institutos de direito tributário:

- (A) redução da base de cálculo; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogações e às extensões das isenções.
- (B) redução da base de cálculo; diferimentos; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogações e às extensões das isenções.
- (C) redução da base de cálculo; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogação de prazos para pagamento do imposto.
- (D) redução da base de cálculo; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogações e às extensões das isenções; benefícios fiscais relativos aos demais tributos estaduais.
- (E) redução da base de cálculo; devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; concessão de créditos presumidos; benefícios fiscais relativos ao imposto sobre produtos industrializados; quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; prorrogações e às extensões das isenções.

65. Somente darão direito de crédito de ICMS as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de:

- (A) 1º de janeiro de 2008.
- (B) 1º de janeiro de 2011.
- (C) 1º de janeiro de 2010.
- (D) 1º de janeiro de 2009.
- (E) 1º de janeiro de 2012.

66. De acordo com o Decreto-lei 5/75, o ingresso do interessado em juízo, postulando matéria contida em processo administrativo-tributário, originário de auto de infração ou nota de lançamento importará:

- (A) confissão de dívida, renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência de recurso acaso interposto.
- (B) renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa, desistência de recurso acaso interposto e impedimento de participar em licitação com o Poder Público.
- (C) renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência de recurso acaso interposto.
- (D) renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência de recurso acaso interposto, ainda que relativo a outro processo administrativo que tenha o mesmo objeto.
- (E) renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa, desistência de recurso acaso interposto e suspensão da inscrição estadual.

67. É correto afirmar que, de acordo com o Regulamento do ICMS:

- (A) o direito ao crédito decorrente da entrada de mercadoria destinada ao ativo fixo ou permanente é condicionado a que a mercadoria esteja vinculada a qualquer atividade do contribuinte.
- (B) a apropriação do direito ao crédito decorrente da entrada de mercadoria destinada ao ativo fixo ou permanente será feita integralmente, no mês em que ocorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento.
- (C) a apropriação do direito ao crédito decorrente da entrada de mercadoria destinada ao ativo ou permanente será feita à razão de 1/48 por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento.
- (D) a expressão mercadoria destinada ao ativo fixo ou permanente compreende todo e qualquer bem imóvel, novo ou usado, acabado ou semi-acabado, matéria-prima, produto intermediário, material de embalagem ou de uso e consumo.
- (E) o fato gerador ocorre no momento da entrada no estabelecimento do contribuinte de mercadoria proveniente de outra unidade da federação, destinada ao ativo fixo ou permanente, sendo a base de cálculo do imposto devido o valor de que decorrer a entrada da mercadoria no estabelecimento e o imposto a pagar resultante da aplicação, sobre a referida base de cálculo, do percentual fixado para as operações internas.

68. De acordo com a Lei Complementar 87/96, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto incidente na importação no momento:

- (A) da entrada das mercadorias ou bens importados do exterior no estabelecimento e do recebimento pelo destinatário de serviço prestado no exterior.
- (B) do fechamento de câmbio relativo às mercadorias ou bens importados do exterior e do recebimento pelo destinatário de serviço prestado no exterior.
- (C) do desembarço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior e do pagamento pelo destinatário de serviço prestado no exterior.
- (D) do desembarço aduaneiro das mercadorias ou bens importados do exterior e do serviço prestado no exterior.
- (E) do desembarço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior e do recebimento pelo destinatário de serviço prestado no exterior.

69. De acordo com a Lei Complementar 87/96, na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo do ICMS é:

- (A) o valor correspondente à última entrada da mercadoria; o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra, acondicionamento e margem de lucro; tratando-se de mercadorias não-industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.
- (B) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria; o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento; tratando-se de mercadorias não-industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.
- (C) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria; o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento; tratando-se de mercadorias não-industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento destinatário.
- (D) o valor correspondente à entrada mais antiga da mercadoria no estabelecimento, o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento, e tratando-se de mercadorias não-industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.
- (E) o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria; o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento; tratando-se de mercadorias industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

70. De acordo com a Lei 2.657/96, a alíquota do ICMS é:

- (A) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 18%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo: 7%; b) nas demais regiões: 10%.
- (B) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 18%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo: 7%; b) nas demais regiões: 12%.
- (C) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 17%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo: 7%; b) nas demais regiões: 12%.
- (D) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 18%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo: 7%; nas demais regiões: 11%.
- (E) em operação ou prestação interestadual que destine bem ou serviço a consumidor final não-contribuinte: 15%; em operação ou prestação interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto localizado: a) nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo: 7%; b) nas demais regiões: 12%.

71. Será objeto de recolhimento do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD:

- (A) a dação em pagamento.
- (B) o oferecimento de bens imóveis em garantia.
- (C) a consolidação da propriedade na pessoa do fiduciário.
- (D) a transmissão de bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento.
- (E) a doação de bens em adiantamento de legítima.

72. Não podem ser elencados entre os contribuintes do ICMS:

- (A) os prestadores de serviços de transportes municipais.
- (B) as empresas estatais.
- (C) as pessoas físicas importadoras de mercadorias do exterior.
- (D) as cooperativas.
- (E) os prestadores de serviços de comunicação de âmbito municipal.

73. Tendo por base o Decreto 2.473/79, qual das hipóteses a seguir **não** está prevista como forma válida de intimação?

- (A) Pessoalmente, pelo autor do procedimento ou outro servidor a quem for conferida a atribuição, comprovando-se pelo "ciente" do intimado, de preposto seu ou, no caso de recusa de aposição de assinatura, pela declaração expressa de quem proceder a intimação.
- (B) Pela ciência dada na repartição ao interessado ou seu representante, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado do órgão onde se encontra o processo.
- (C) Por via postal, comprovando-se pelo aviso de recebimento (AR), assinado pelo intimado, seu representante ou por quem o fizer em seu nome.
- (D) Por edital publicado uma única vez no Diário Oficial do Estado.
- (E) Por e-mail cadastrado no sistema de Processamento de Dados da Secretaria de Estado de Fazenda.

74. Nos termos da Lei Complementar 87/96, o local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

- (A) o Estado onde estiver localizado o adquirente, em qualquer hipótese.
- (B) tratando-se de mercadoria ou bem, o Estado de onde o ouro tenha sido extraído, quando considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- (C) tratando-se de mercadoria ou bem, o domicílio do adquirente, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos.
- (D) tratando-se de bem importado do exterior, o Distrito Federal.
- (E) tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação, o estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão, ou semelhantes com que o serviço é pago.

75. Considerando o Decreto 2.473/79, em relação ao processo de consulta, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A consulta regularmente formulada suspende o curso da mora em relação à matéria sobre a qual ver-se a inicial.
- (B) O curso da mora recomeça a partir do dia seguinte àquele em que se torna definitiva a solução dada à consulta.
- (C) Enquanto não solucionada definitivamente a consulta, a autoridade fiscal pode constituir o crédito tributário e inscrevê-lo em Dívida Ativa.
- (D) A formulação da consulta é facultada às entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.
- (E) A consulta deve versar apenas sobre dúvidas ou circunstância atinentes à situação do consulente.

76. A multa cobrada por atraso na escrituração fiscal será, por mês ou fração de mês, por livro, de:

- (A) R\$ 10,00.
- (B) R\$ 50,00.
- (C) R\$ 20,00.
- (D) R\$ 30,00.
- (E) R\$ 15,00.

77. Nos termos do art. 40 da Lei 2.657/96, **não** configura fato gerador do ICMS a saída de mercadoria do estabelecimento em virtude de:

- (A) doação.
- (B) permuta.
- (C) comodato.
- (D) dação em pagamento.
- (E) venda do bem arrendado ao arrendatário, em operação de arrendamento mercantil.

78. Nos termos do Decreto 2.473/79, assinale a afirmativa correta.

- (A) O andamento do processo administrativo poderá ser suspenso, ainda que o interesse da Fazenda contra-indique a suspensão.
- (B) O prazo de suspensão não excederá a 360 dias, findo o qual o processo retomará o seu curso.
- (C) O ingresso do interessado em juízo só suspenderá o andamento do processo por determinação judicial.
- (D) Ocorrerá a perempção se o interessado não apresentar qualquer petição durante seis meses.
- (E) Não havendo interesse da Fazenda nem crédito tributário a recolher, o processo será suspenso durante um ano e, em seguida, arquivado.

79. A empresa Alfa, localizada no município de Macaé, importará dos Estados Unidos máquinas destinadas a seu ativo imobilizado. A importação será realizada pelo Aeroporto Internacional de Cabo Frio. A alíquota do ICMS incidente nessa importação será de:

- (A) 13%.
- (B) 18%.
- (C) 15%.
- (D) 17%.
- (E) 25%.

80. Considerando a Lei 2.657/96, o contribuinte **não** terá que efetuar o estorno do ICMS creditado na entrada da mercadoria no estabelecimento quando ela:

- (A) for objeto de saída tributada com alíquota interestadual, inferior à alíquota da entrada.
- (B) for objeto de saída não tributada ou isenta, sendo essa circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria.
- (C) vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- (D) vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.
- (E) gozar de redução da base de cálculo na operação subsequente, hipótese em que o estorno será proporcional à redução.



Espaço para rascunho

Contabilidade Geral e de Custos e Auditoria

O enunciado a seguir se refere às questões de números 81 a 83.

A empresa BARRACÃO S/A, dedicada ao comércio de tecidos, apurou em seu balancete de encerramento (31/12/2007) os saldos das contas patrimoniais e de resultado listados no quadro abaixo. Observe que todos os saldos se referem a 31/12/2007, com exceção da conta “lucros acumulados”, que se refere a 31/12/2006. Considerando que o estagiário ordenou as contas em ordem crescente dos respectivos saldos, sugere-se organizá-las conforme a estrutura do Balanço Patrimonial para responder às questões de números 81 a 83 que seguem.

provisão para redução das mercadorias a valor de mercado	746,00
provisão para créditos de liquidação duvidosa (referente aos títulos que vencem em dentro de 12 meses)	1.054,00
provisão para créditos de liquidação duvidosa (referente aos títulos que vencem após os 12 primeiros meses)	1.090,00
despesas antecipadas (prazo: após os 12 primeiros meses)	1.790,00
amortização acumulada (das despesas pré-operacionais)	1.800,00
despesas pré-operacionais	2.000,00
empréstimos concedidos (prazo: após os 12 primeiros meses)	4.500,00
ações em tesouraria	5.000,00
despesas antecipadas (prazo: em dentro dos 12 primeiros meses)	5.000,00
provisão para contingências trabalhistas (estimativa de pagamento: em dentro dos 12 primeiros meses)	6.500,00
provisão para contingências trabalhistas (estimativa de pagamento: após os 12 primeiros meses)	8.000,00
caixa	10.000,00
empréstimos concedidos a diretores (transações não-operacionais)	10.000,00
reserva para contingências	12.000,00
descontos comerciais e abatimentos	14.850,00
móveis e utensílios (de uso próprio)	15.000,00
receita de equivalência patrimonial	19.950,00
depósitos judiciais (expectativa de decisão terminativa: após os 12 primeiros meses)	20.000,00
terrenos (de uso próprio)	20.000,00
deságio relativo a participações societárias	20.300,00
vendas canceladas	23.000,00
empréstimos obtidos (prazo: após os 12 primeiros meses)	24.000,00
duplicatas descontadas (títulos que vencem em dentro de 12 meses)	25.000,00
impostos a recolher (prazo: em dentro dos 12 primeiros meses)	28.500,00
veículos (de uso próprio)	30.000,00
aplicações financeiras (prazo: após os 12 primeiros meses)	32.000,00
impostos parcelados (prazo: em dentro dos 12 primeiros meses)	32.000,00
outras aplicações financeiras (prazo: em dentro dos 12 primeiros meses)	39.500,00
despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	40.000,00
salários a pagar (prazo: em dentro dos 12 primeiros meses)	42.000,00
impostos parcelados (prazo: após os 12 primeiros meses)	42.500,00
aplicações financeiras de imediata realização	45.000,00
empréstimos obtidos (prazo: em dentro dos 12 primeiros meses)	45.000,00
reserva legal	48.000,00
despesas financeiras	50.500,00
lucros acumulados (saldo inicial)	51.000,00
duplicatas a receber de clientes (prazo: após os 12 primeiros meses)	54.500,00
prédios e construções (de uso próprio)	60.000,00
fornecedores a pagar (prazo: em dentro dos 12 primeiros meses)	64.000,00
bancos conta corrente	78.000,00
estoque de mercadorias	87.400,00
reserva de capital	89.800,00
duplicatas a receber de clientes (prazo: em dentro dos 12 primeiros meses)	105.400,00
receita não-operacional	196.000,00
Participações societárias em controladas e coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	300.700,00
capital social	500.000,00
despesa não-operacional	500.000,00
depreciação acumulada	525.000,00
máquinas e equipamentos (de uso próprio)	800.000,00
despesas de comercialização	860.000,00
despesas administrativas	980.700,00
impostos sobre vendas	1.000.000,00
custo das mercadorias vendidas	1.589.400,00
receita bruta	5.000.000,00

81. O saldo do Ativo Não Circulante, em 31/12/2007, é:

- (A) 804.480,00. (B) 121.700,00.
(C) 802.300,00. (D) 803.390,00.
(E) 680.600,00.

82. O saldo do Patrimônio Líquido, em 31/12/2007, é:

- (A) 867.800,00. (B) 841.300,00.
(C) 853.300,00. (D) 695.800,00.
(E) 861.300,00.

83. O saldo do Resultado Operacional, em 31/12/2007, é:

- (A) 552.000,00. (B) 501.500,00.
(C) 532.050,00. (D) 1.481.550,00.
(E) 481.550,00.

O enunciado a seguir se refere às questões de números 84 a 89.

A empresa JJM Crianças e Cia., dedicada ao comércio de brinquedos, apurou o seguinte balanço patrimonial apurado em 31/12/2006:

Balanço Patrimonial, JJM Crianças e Cia., apurado em 31/12/2006			
caixa	55,00	fornecedores	600,00
clientes	1.000,00	salários a pagar	380,00
estoques	665,00	empréstimos	2.000,00
móveis e utensílios	10.000,00	capital social	4.000,00
depreciação acumulada	-4.000,00	lucros acumulados	740,00
ativo total	7.720,00	passivo + PL	7.720,00

Considere as informações a seguir:

- O estoque é avaliado pelo critério PEPS e era composto por:

Mercadoria	custo unitário	quantidade estocada	valor total
ioiô (unidade)	1,00	300	300,00
bolinhas de gude (quilograma)	2,00	40	80,00
bonecas de pano (unidade)	3,00	95	285,00

- Os móveis e utensílios têm vida útil original estimada em 10 anos e valor residual nulo.
► Os empréstimos vencerão em 2010, mas cobram juros mensais de R\$ 85,00.

Durante o mês de janeiro de 2007, a empresa JJM Crianças e Cia. desenvolveu exclusivamente as seguintes transações (na ordem cronológica apresentada):

- Recebeu 1/4 do Contas a Receber em aberto no início do ano.
- Os sócios aumentaram o Capital Social mediante subscrição de novas ações pelo valor nominal total de R\$ 10.000,00. Entretanto, só integralizaram R\$ 8.000,00, sendo R\$ 5.000,00 em dinheiro e R\$ 3.000,00 em um computador novo a ser utilizado nas atividades administrativas (cujo tempo de vida útil é 5 anos e valor residual nulo).
- Pagou toda a dívida com Fornecedores que estava em aberto no início do ano.
- Pagou os Salários a Pagar que eram devidos no início do ano.

v. Comprou 1.000 unidades de ioiô ao custo unitário de R\$ 1,00 cada; 25kg de bolinhas de gude ao custo unitário de R\$ 3,00 cada quilo; 200 unidades de bonecas de pano ao custo unitário de R\$ 3,50 cada. Essas compras foram negociadas para pagamento da seguinte forma: metade à vista e metade para pagamento em fevereiro próximo.

vi. Contratou serviços de terceiros relativos ao desenvolvimento de uma campanha publicitária para veiculação na rádio local, cujos serviços foram executados e pagos ainda em janeiro, pelo valor total de R\$ 500,00.

vii. Reconheceu e pagou os juros do mês de janeiro, no valor de R\$ 85,00.

viii. Vendeu mercadorias à vista: 400 unidades de ioiô ao preço unitário de R\$ 4,00 cada; 30kg de bolinhas de gude ao preço unitário de R\$ 10,00 cada quilo; 150 unidades de bonecas de pano ao preço unitário de R\$ 6,00 cada.

ix. Vendeu mercadorias, cuja forma de pagamento foi negociada da seguinte forma: 1/3 à vista; 1/3 para recebimento em fevereiro próximo e o restante para recebimento em março próximo – 800 unidades de ioiô ao preço unitário de R\$ 4,50 cada; 20kg de bolinhas de gude ao preço unitário de R\$ 12,00 cada quilo; 120 unidades de bonecas de pano ao preço unitário de R\$ 7,50 cada.

x. Reconheceu e provisionou a folha de pagamentos aos empregados, no valor total de R\$ 400,00.

xi. Depreciou os móveis e utensílios e o computador.

xii. Identificou que o valor de venda das bonecas de pano, para o mês seguinte, deverá ser reduzido para R\$ 5,00 por unidade, em função da entrada de um novo concorrente que importará bonecas de pano da China por um valor significativamente mais barato, apesar de a JJM Crianças e Cia. continuar comprando as bonecas de seu fornecedor tradicional.

xiii. Amortizou, antecipadamente, metade dos empréstimos, pagando R\$ 1.000,00 ao banco. O saldo remanescente continua vencendo no prazo inicialmente contratado.

xiv. Distribuiu e pagou dividendos relativos ao lucro do mês de janeiro, no valor total de R\$ 3.000,00.

84. O saldo do Ativo Permanente Imobilizado, evidenciado no BP apurado em 31/01/2007, é:

- (A) 7.400,00. (B) 13.000,00.
(C) 8.866,67. (D) 9.000,00.
(E) 7.950,00.

85. O saldo do Lucro Bruto, evidenciado na DRE apurada em 31/01/2007, é:

- (A) 5.332,50.
(B) 5.323,27.
(C) 5.360,00.
(D) 5.370,00.
(E) 5.319,24.

86. O percentual do Valor Adicionado que foi distribuído aos empregados, evidenciado na DVA apurada em 31/01/2007, foi, com valores arredondados, de:

- (A) 7,69%. (B) 8,28%.
 (C) 17,31%. (D) 8,51%.
 (E) 8,12%.

87. O valor da variação do Capital Circulante Líquido, evidenciado na DOAR apurada em 31/01/2007, é:

- (A) 5.322,50. (B) 5.285,00.
 (C) 5.385,00. (D) 5.347,50.
 (E) 5.334,24.

88. O valor da variação do Fluxo de Caixa, evidenciado na DFC pelo método direto apurada em 31/01/2007, é:

- (A) 3.232,50. (B) 3.177,50.
 (C) 1.000,00. (D) 6.177,50.
 (E) 6.232,50.

89. O valor do somatório das variações dos ativos e passivos operacionais, evidenciada na DFC pelo método indireto apurada em 31/01/2007, é:

- (A) -2.170,00. (B) 3.650,00.
 (C) 2.785,00. (D) 2.822,50.
 (E) -2.156,74.

90. A empresa FORTALEZA S/A, dedicada ao comércio de equipamentos de ginástica, começou o período com o estoque de mercadorias composto por 20 unidades de halteres de 5kg avaliadas, no total, por R\$ 280,00; e 6 unidades de halteres de 7kg avaliadas, no total, por R\$ 120,00.

Sabe-se que a empresa comercial FORTALEZA S/A é contribuinte do ICMS mediante movimentação econômica, contribuinte do IR com base no lucro real, e não é contribuinte do IPI.

No início do período, FORTALEZA S/A adquiriu 100 novas unidades de halteres de 5kg. Os dados da nota fiscal de aquisição eram os seguintes:

Fornecedor	indústria
Valor total das mercadorias	2.000,00
ICMS	18%
IPI	5%
Valor total da nota fiscal	2.100,00

No final do período, a FORTALEZA S/A vendeu 80 unidades de halteres de 5kg por R\$ 30,00 cada unidade, e 5 unidades de halteres de 7kg por R\$ 40,00 cada unidade.

Considerando que a FORTALEZA S/A avalia seu estoque pelo Custo Médio Ponderado Móvel, o valor do custo das mercadorias vendidas nesse período é, em valores arredondados:

- (A) 1.307,45.
 (B) 1.317,17.
 (C) 1.446,67.
 (D) 1.424,00.
 (E) 1.323,33.

91. Josefa, Josefina e Josenalva constituíram a empresa Netositter S/A, dedicada à prestação de serviços de *babysitter*. Entre outros ativos, a empresa tinha um veículo que era utilizado para o transporte das babás, o qual fora adquirido por R\$ 38.000,00.

No último balanço patrimonial, apurado em 31/12/2006, o saldo da conta Depreciação Acumulada desse veículo já evidenciava o valor de R\$ 20.000,00. Na respectiva Nota Explicativa, constava que tal ativo tinha sua vida útil original estimada em 5 anos, ao final do qual se esperava valor residual de R\$ 9.000,00.

Em 01/10/2007, tal veículo foi vendido por R\$ 15.000,00. Ignorando-se qualquer tributo, a classificação e o valor do resultado auferido com a venda do veículo são, respectivamente:

- (A) operacional, R\$ 1.350,00.
 (B) operacional, R\$ 2.700,00.
 (C) operacional, R\$ 5.700,00.
 (D) não-operacional, R\$ 1.350,00.
 (E) não-operacional, R\$ 2.700,00.

92. Avalie as afirmativas a seguir:

- I. A compra, à vista, de mercadorias (que se espera revender no curto prazo) acarreta aumento do CCL e é evidenciada na DOAR como origens de terceiros.
- II. A compra de bens para o imobilizado, a prazo (para pagamento no curto prazo), acarreta redução do CCL e é evidenciada na DOAR como aplicação.
- III. A integralização do capital social em bens do imobilizado não acarreta alteração do CCL, mas é evidenciada na DOAR como aplicação e como origem dos sócios.
- IV. O pagamento antecipado de dívidas exigíveis a longo prazo acarreta aumento do CCL e é evidenciada na DOAR como aplicação.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
 (B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
 (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
 (D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
 (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

93. Determinada empresa industrial produz e vende somente três produtos diferentes: A, B e C, os quais são normalmente vendidos por R\$ 10,00; R\$ 15,00 e R\$ 20,00, respectivamente.

Os custos variáveis unitários dos produtos A, B e C costumam ser R\$ 6,00; R\$ 8,00 e R\$ 15,00, respectivamente.

A empresa ainda incorre em custos fixos de R\$ 400,00 por mês; despesas fixas administrativas e de vendas no valor de R\$ 350,00 por mês; comissão variável aos vendedores de 3% da receita auferida.

O gerente da produção constatou, com o responsável pelo almoxarifado, que a matéria-prima X, comum aos três produtos, está com o estoque muito baixo – só se dispõe de 700kg desse recurso. Constatou-se, ainda, que só se dispõe de 60kg da matéria-prima Y.

O gerente da produção sabe que cada unidade do produto A consome 2kg da matéria-prima X; que cada unidade do produto B consome 3kg da matéria-prima X e que cada unidade do produto C consome 5kg da matéria-prima X, além de 4kg da matéria-prima Y (que é exclusiva do produto C).

O gerente de produção verificou com a equipe de vendas que a demanda mensal pelos produtos da empresa tem se mantido em 220 unidades do produto A, 100 unidades do produto B e 150 do produto C.

O gerente de produção procurou a equipe de compras e verificou que não é viável adquirir mais matérias-primas até o fim deste mês.

Sabe-se que no almoxarifado há 45 unidades da mercadoria A e 78 unidades da mercadoria C, prontas para serem vendidas, embora não haja qualquer unidade da mercadoria B.

Para se maximizar o resultado da empresa neste período, devem ser produzidas, ainda este mês, das mercadorias A, B e C, respectivamente:

- (A) zero unidade, 100 unidades e 150 unidades.
- (B) 175 unidades, 100 unidades e 10 unidades.
- (C) 175 unidades, 300 unidades e 72 unidades.
- (D) 200 unidades, 100 unidades e zero unidade.
- (E) 220 unidades, 100 unidades e 150 unidades.

94. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Os co-produtos são todos os produtos secundários, isto é, deles se espera a geração esporádica de receita que é relevante para a entidade.
- II. Dos subprodutos se espera a geração de receita regular ou esporádica para a entidade, sendo seu valor irrelevante para a entidade, em relação ao valor de venda dos produtos principais.
- III. Os subprodutos são avaliados, contabilmente, pelo valor líquido de realização.
- IV. A receita auferida com a venda de sucatas é reconhecida como “Receita Não-Operacional”.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II forem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I, II e IV forem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III forem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e IV forem corretas.
- (E) se somente a afirmativa III for correta.

95. Avalie as afirmativas a seguir:

- I. O controle físico sobre os ativos pode envolver a guarda de numerários e títulos em cofre.
- II. O estabelecimento da entidade deve ser, preferencialmente, cercado e deve haver inspeção das pessoas que entram e saem do estabelecimento.
- III. Os controles físicos se preocupam tanto com acessos físicos diretos quanto acessos indiretos.
- IV. Atividades de controle físico incluem contagens periódicas de ativos e comparação com quantias apresentadas nos registros de controle.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

96. Avalie as afirmativas a seguir:

- I. A amostragem de atributos é um teste de controle.
- II. A amostragem de variáveis é um teste substantivo.
- III. A amostragem de atributos visa a estimar um total monetário de uma população ou o valor monetário de erros em uma população.
- IV. A amostragem de variáveis visa a estimar a taxa de desvios em uma população.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

97. Avalie as afirmativas a seguir:

- I. Risco de auditoria é o risco de que o auditor possa inadvertidamente não modificar adequadamente seu parecer sobre demonstrações contábeis que contêm erros ou classificações indevidas materiais.
- II. Risco inerente é o risco de que um erro ou classificação indevida materiais que possam constar de uma afirmação não sejam evitados ou detectados tempestivamente pelos controles internos da entidade.
- III. Risco de controle é a suscetibilidade de uma afirmação a um erro ou classificação indevida materiais, supondo que não haja controles.
- IV. Risco de detecção é o risco de que o auditor não detecte um erro ou classificação indevida relevantes que existam em uma afirmação.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

O enunciado a seguir se refere às questões de números 98 a 100.

A empresa industrial Grasse fabrica e vende 2 tipos de perfume: X e Y.

A fabricação do produto X consome 2,75kg de matéria-prima por unidade e 2h de mão-de-obra direta por unidade, ao passo que a fabricação do produto Y consome 10kg de matéria-prima por unidade e 3h de mão-de-obra direta por unidade.

Sabe-se que a matéria-prima e a mão-de-obra direta podem ser utilizadas indistintamente nos dois produtos.

O quilo da matéria-prima custa R\$ 2,00 e a taxa da mão-de-obra R\$ 3,00/h.

A empresa incorre em custos fixos mensais (comuns aos dois produtos) de R\$ 9.400 e em despesas fixas mensais de R\$ 4.000, além de despesas variáveis correspondentes a 10% da receita.

Considere que, em agosto próximo passado, a empresa Grasse produziu 100 unidades do produto X e 90 unidades do produto Y.

Considere, ainda, que em agosto os estoques iniciais estavam vazios e que a empresa vendeu 80 unidades de cada produto, sendo o produto X ao preço unitário de R\$ 150 e o produto Y por R\$ 250.

98. O resultado que a empresa industrial Grasse apurou em agosto próximo passado, pelo custeio por Absorção (utilizando-se as horas totais de mão-de-obra direta como critério de rateio), foi:

- (A) R\$ 20.760,00. (B) R\$ 13.400,00.
(C) R\$ 13.538,67. (D) R\$ 13.560,00.
(E) R\$ 12.160,00.

99. O ponto de equilíbrio contábil da empresa industrial Grasse, em valores arredondados, é:

- (A) R\$ 5.007,82. (B) R\$ 14.909,60.
(C) R\$ 11.768,39. (D) R\$ 10.458,97.
(E) R\$ 16.776,21.

100. Admitindo que, para setembro, todas as variáveis de agosto próximo passado permanecem válidas (inclusive a demanda: 80 unidades de cada produto), salvo a disponibilidade de matérias-primas, pois, em função da greve dos transportadores, a empresa industrial Grasse só dispõe de 605kg dessa matéria-prima. Considerando que a única decisão viável diz respeito ao volume a ser produzido, determine quantas unidades de cada produto deverão ser produzidas e vendidas a fim de a empresa industrial Grasse apurar o maior lucro possível em setembro. (Perfume X e Perfume Y, respectivamente – valores arredondados.)

- (A) zero unidade e 76,7 unidades
(B) 10 unidades e 70 unidades
(C) 100 unidades e 33 unidades
(D) 80 unidades e 38,5 unidades
(E) 60 unidades e 44 unidades



Espaço para rascunho



Espaço para rascunho



Espaço para rascunho



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS